



crita a seguir e/ou recolher aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 26/3/2015: R\$ 1.420.825,04;

O débito decorre da omissão no dever de prestar contas, relativo aos recursos repassados pelo Incra/SR-MT, no âmbito do Convênio 25/2004 (Siafi 518842), a qual caracteriza infração ao art. 5º parágrafo 1º da Instrução Normativa STN 1/1997.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992) , e e) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à SECEX-MT ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

Detalhamento dos débitos, bem como suas respectivas datas de ocorrência:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
281.250,00	3/3/2005
562.500,00	4/10/2005

Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 26/3/2015: R\$ 2.530.583,35.

WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO  
Secretário

EDITAL Nº 7, DE 26 DE MARÇO DE 2015

TC 025.396/2014-5- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o Sr. Onivaldo Luiz Custódio, CPF: 018.755.298-37, para no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 26/3/2015: R\$ 1.420.825,04;

O débito decorre da omissão no dever de prestar contas, relativo aos recursos repassados pelo Incra/SR-MT, no âmbito do Convênio 25/2004 (Siafi 518842), a qual caracteriza infração ao art. 5º parágrafo 1º da Instrução Normativa STN 1/1997.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992) , e e) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992)

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à SECEX-MT ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

Detalhamento dos débitos, bem como suas respectivas datas de ocorrência:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
281.250,00	3/3/2005
562.500,00	4/10/2005

Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 26/3/2015: R\$ 2.530.583,35.

WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO  
Secretário

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE  
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
NO MARANHÃO

EDITAL Nº 58, DE 27 DE MARÇO DE 2015

TC 000.068/2011-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a Srª. MARINALVA SILVA (CPF: 743.476.833-91) que este Tribunal, nos termos do Acórdão 2143/2014-TCU-Plenário, Sessão de 29/8/2014, que trata de Representação apartada do processo de Solicitação do Congresso Nacional (TC 013.939/2009-5) em cumprimento ao disposto no subitem 9.2.4 do Acórdão 2678/2010-TCU-Plenário, oriunda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, acerca de supostas irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio 811160/2005 (SIAFI 535896) no Município de Caxias/MA, que decidiu, conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e excluir a responsabilidade da Srª Marinalva Silva nos presentes autos.

ALEXANDRE JOSÉ CAMINHA WALRAVEN  
Secretário

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL  
E DA REGIÃO NORTE  
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
EM RONDÔNIA

EDITAL Nº 7, DE 27 DE MARÇO DE 2015

TC 010.328/2013-0- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a Associação dos Produtores Alternativos, CNPJ 63.788.020/0001-99, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 27/3/2015: R\$ 357.453,82; sendo esta quantia em solidariedade com a responsável Marly Assis de Andrade Feiger - CPF: 618.968.452-15.

O débito decorre do não cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do Convênio nº 048/2003, celebrado com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e irregularidades com indícios de malversação na utilização dos recursos repassados pelo órgão concedente, que foram lastreadas com o Parecer Técnico nº 198/2007 GEPRO/FNMA e com o Parecer Financeiro nº 63/2008 CORE/FNMA, as quais caracterizam infração ao art. 70 da Constituição Federal, art. 84 do Decreto-Lei nº 200/1967, art. 8º da Lei nº 8.443/1992, art. 148 do Decreto nº 93.872/1986, art. 38, incisos II e III, IN/STN nº 01, de 15/01/1997, IN/TCU nº 56/2007 e Resolução/TCU nº 155/2002.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 27/3/2015: R\$ 682.164,10; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-RO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

LUIZ JOSÉ ADÃO  
Secretário

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DIRETORIA-GERAL  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. 122.928/2014. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 13/2015, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela: ALE-XANDRE YUKITO MORE - EPP. OBJETO: Fornecimento de papeis diversos. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2015. PRAZO DE VALIDADE: Doze meses contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 2.397.961,00 (dois milhões, trezentos e noventa e sete mil e novecentos e sessenta e um reais).

Proc. 122.928/2014. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 14/2015, lavrada pela CÂMARA DOS DEPUTADOS e aceita pela: DM PA-PÉIS LTDA. - EPP. OBJETO: Fornecimento de papeis diversos. LI-CITAÇÃO: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2015. PRAZO DE VALIDADE: Doze meses contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. VALOR TOTAL RE-GISTRADO: R\$ 10.447,10 (dez mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo 105.084/13. ESPÉCIE: Aditivo nº 2014/034.1 - firmado com a V3 AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA-ME. CNPJ: 10.828.695/0001-58. OBJETO: Prestação de serviços de cerimoniais. Pregão Eletrônico n. 3/14. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 14/3/15. VALOR: R\$ 65.096,00 (sessenta e cinco mil e noventa e seis reais).

Processo 121.130/13. ESPÉCIE: Aditivo nº 2014/077.2 - firmado com a PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 00.578.617/0001-99. OBJETO: Prestação de serviços continuados na área de manutenção preventiva e corretiva e de operação de sistemas de ar condicionado e de exaustão mecânica com fornecimento de material, ferramentas e equipamentos para a Câmara dos Deputados. Pregão Eletrônico n. 37/14. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/04/15. VALOR: R\$ 3.577.647,40 (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 41/2015

O Pregoeiro do STF comunica que no Pregão Eletrônico nº 41/2015 - Aquisição de dispositivos dearmazenamento de certificados digitais tipo token usb - sagrou-se vencedora a empresa SOLUTI - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA.

RENATO DUTRA COELHO

(SIDECE - 30/03/2015) 040001-00001-2015NE000119

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 3/2015

O Pregoeiro do Conselho Nacional de Justiça, comunica que no Pregão Eletrônico 03/2015 - Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo na área de telecomunicações, declarou vencedora a empresa HPEX Apoio Administrativo EIRELI- ME (CNPJ: 38.053.377/0001-81).

GETULIO VAZ

(SIDECE - 30/03/2015) 040003-00001-2015NE000001